

**Quadro Comparativo entre a Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008, e a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

1

<b>Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993</b>	<b>Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008</b>	<b>Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)</b>
Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.	Altera o <b>inciso IV e acrescenta o inciso V</b> ao art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que <i>institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público e dá outras providências</i> , para estabelecer periodicidade <b>nas</b> audiências públicas e <b>identificar as</b> demandas sociais.	Altera o <b>parágrafo único</b> do art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público e dá outras providências, para estabelecer <b>a</b> periodicidade <b>de</b> audiências públicas <b>de que trata e a identificação das</b> demandas sociais <b>nelas apresentadas</b> .
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O <b>inciso IV</b> do art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º O <b>parágrafo único</b> do art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas instituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:  .....  Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:  .....	Art. 27. .... .....	“Art. 27. .... .....  <b>Parágrafo único. ....</b> .....
IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, <b>anual ou especiais, e</b> recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário	IV – promover audiências públicas <b>nas comarcas, pelo menos uma vez por ano, precedidas de ampla divulgação,</b> e emitir relatórios, <b>anual ou especial, além de</b>	IV – promover audiências públicas <b>nas comarcas, pelo menos uma vez por ano, precedidas de ampla divulgação,</b> e emitir relatórios, <b>anuais ou especiais, além de</b>

**Quadro Comparativo entre a Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008, e a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

2

<b>Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993</b>	<b>Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008</b>	<b>Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)</b>
sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.	recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação, adequada e imediata, assim como resposta por escrito;	recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação, adequada e imediata, assim como resposta por escrito;
	Art. 2º O art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, fica acrescido do seguinte inciso V:  Art. 27. ....  .....	
	V – identificar, nas audiências públicas, as demandas sociais e, a partir <b>dessa</b> identificação, definir as prioridades institucionais.	V – identificar, nas audiências públicas, as demandas sociais e, a partir <b>da</b> identificação, definir as prioridades institucionais. “(NR)
	<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.